



# PROGRAMA NOVOS RUMOS

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

**Período:** 01/01/2017 a 31/12/2017

### COMPROMISSO

#### PROGRAMA NOVOS RUMOS

O Programa Novos Rumos, vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça, é o gerenciador de ações em favor da humanização da pena, da inclusão e da justiça social. Para tanto, busca muitas parcerias a fim de tornar efetivo o esforço do Judiciário Mineiro.

Instituído pela Resolução 633/2010, é integrado:

- I - por programa destinado a disseminar a metodologia APAC, visando a sua implantação em todas as comarcas do Estado;
- II - pelo Programa de Atenção ao Paciente Judiciário, PAI-PJ;
- III - pelas atividades do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, previsto no art. 5º da Resolução nº 96/2009, do CNJ, instituído no âmbito do Tribunal de Justiça por meio da Portaria-Conjunta nº 170/2010.

Dessa forma, o Programa Novos Rumos do TJMG possui três objetivos: apoio ao sistema prisional alternativo APAC, coordenação do programa PAI-PJ e gerência do sistema GMF. As unidades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) receberam forte impulso nos dois anos desta gestão. Em maio de 2017, em reunião do Judiciário com a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), responsável pela implantação e fiscalização da metodologia apaquiana, e com a OAB/MG, foi anunciada a destinação a essas unidades de cerca de R\$ 12 milhões originários de penas pecuniárias.



No mesmo mês, foi criado o Gabinete de Crise das Apacs, com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da sociedade civil, visando solucionar os problemas enfrentados pelo sistema Apac em Minas Gerais.

Com a regulamentação das regras para transferência de presos, a fim de evitar a existência de vagas ociosas nos Centro de Reintegração Social (CRS) das Apacs, deu-se mais um passo para a ampliação das condições para que as pessoas que cometeram crimes recebam uma nova chance de se recuperarem.

Ainda dentro dessa proposta, de um envolvimento estatal com a reintegração social de pessoas oriundas do sistema prisional convencional e das Apacs, o TJMG e a Secretaria de Administração Prisional (Seap) editaram resolução conjunta instituindo o Projeto Remição pela Leitura, que autoriza o abatimento de dias da pena mediante a leitura de obras literárias, preferencialmente para presos ou recuperandos que não estudam nem trabalham.

Delegações interessadas em conhecer o Método Apac também foram recebidas no TJMG: integrantes do Ministério Público, dos Tribunais de Justiça e de Secretarias dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amapá; e comitivas do Peru, da Coreia do Sul, de Portugal e do Uruguai, interessadas em consolidar as Apacs de seus países.

Em julho de 2017, São João del-Rei sediou o 8º Congresso Nacional das Apacs, que reuniu mais de 400 congressistas, representantes de todo o Brasil e dos países: Alemanha, Bolívia, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Itália, México, Nicarágua, Paraguai e Portugal.

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF), responsável pela inspeção dos estabelecimentos penais, cuida das garantias legais dos condenados e seus familiares bem como monitora o cumprimento da lei. Atua junto com o sistema de defesa social na busca de soluções para a otimização da execução das penas e medidas socioeducativas.

Em sinergia com magistrados das diversas comarcas do Estado, Corregedoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Administração Pública (Seap) e outras instituições, o GMF empreendeu ações práticas e concretas em busca da efetividade da Justiça Criminal no Estado de Minas Gerais.



Através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), mensalmente são enviadas, aproximadamente, 600 correspondências recebidas de recuperandos solicitando a análise de benefícios. As correspondências são encaminhadas pela Ouvidoria do TJ.

Outra novidade foi a instituição da Conta Regional de Destinação de Prestações Pecuniárias, por meio da qual se tornou possível repassar valores para as localidades cujos projetos foram aprovados pelo GMF do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

O GMF/MG continua atuando com o objetivo de reduzir o número de presos provisórios em Minas Gerais, em relação à população carcerária total, buscando o diálogo com Juízes de Execução Penal e salientando a importância da implementação de medidas desencarceradoras.

## **PROJETO COMEÇAR DE NOVO**

Instituído pela Resolução nº 96/2009 do Conselho Nacional de Justiça, O Projeto Começar de Novos tem por objetivo promover ações de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas.

O Programa Novos Rumos, por meio, do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF) acompanha as ações de qualificação e capacitação de presos e egressos do sistema prisional junto à Secretaria de Administração Prisional (Seap).

Mensalmente, representantes do Grupo de apoio multiprofissional do GMF/MG participam de reuniões junto ao Executivo Estadual, para tratar de assuntos voltados ao ensino e capacitação de reclusos, abordando ações em curso como PRONATEC, APAC, ENEM PPL, reinserção de egressos no mercado de trabalho, e ações futuras que visam melhorias no sistema.

Uma cooperação do Programa Novos Rumos com o Instituto Minas pela Paz promove eventos e atividades para divulgar a metodologia entre empresários, imprensa, formadores de opinião, líderes comunitários e estudantes e estimular parcerias que aumentem as chances de reinserção dos egressos dessas unidades na sociedade



Em 2017 foram realizados pela Escola Móvel SESI/SENAI 19 cursos, certificando 567 recuperandos. Destes, 218 acessaram diretamente o mercado de trabalho.

### **Fomento às unidades produtivas**

Em 2017, os cursos de costura, mecânica de automóveis e panificação foram realizados para impulsionar as unidades produtivas das APACs de Itaúna (feminina), Conselheiro Lafaiete, Inhapim, Passos e Araxá.

Para tornar ainda mais eficientes as unidades produtivas, o Minas Pela Paz iniciou em 2017 o desenvolvimento de um modelo de negócios específico. Para essa elaboração, estão sendo realizadas visitas técnicas e estudos em Itaúna, Lagoa da Prata e Pouso Alegre, municípios onde as APACs possuem padarias instaladas e podem servir de referência para as demais.

### **Lançamento do Projeto MultiCountry**

Em 2017, a União Europeia aprovou mais uma iniciativa da AVSI Brasil, dando continuidade à parceria com as APACs, visando o fortalecimento do método. Nesta ação, objetiva-se atuar também na América Latina.

## **AÇÕES NATALINAS**

A iniciativa possibilita o apadrinhamento dos filhos de 0 a 12 anos de recuperandos, com a distribuição de brinquedos e roupas, durante uma confraternização local com a participação da comunidade, da família forense, de recuperandos e de parentes. Em 2017, 2.094 crianças receberam presentes de Natal.

## **DIÁLOGO**

## **PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO PORTADOR DE SOFRIMENTO MENTAL (PAI-PJ)**



O PAI-PJ está estruturado em um Núcleo Supervisor na Comarca de Belo Horizonte, o qual atua em todo o estado, e em Núcleos Regionais, nas Comarcas de Ipatinga, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Divinópolis, Itaúna, Belo Horizonte, Barbacena e Juiz de Fora, que recebem orientação metodológica da unidade central e são monitorados por ela.

Em 2017, o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ) acompanhou 971 pacientes judiciários.

Em maio de 2017 foi realizado o Seminário de Ensino do PAI-PJ: Forclusão do Nome do Pai. O encontro é uma das atividades de formação permanente da equipe do PAI-PJ e foi dirigido aos técnicos do programa, que vieram de todos os núcleos do Estado de Minas Gerais. Foram realizados, ainda, “seminários de ensino” com os seguintes temas: “Transferência na Neurose e na Psicose” e “o Empuxo-à-mulher na Psicose”. Os Seminários de ensino são atividades de formação permanente da equipe, dirigidos aos técnicos do programa, que vieram de todos os núcleos do Estado de Minas Gerais, além de outros interessados no tema. Estes Seminários são organizados pela EJEF, atendendo a necessária formação continuada para qualificação da equipe face à atualidade dos impasses clínicos, sociais e jurídicos que atravessam a experiência do PAI-PJ.

O PAI-PJ está estruturado em um Núcleo Supervisor na Comarca de Belo Horizonte, o qual atua em todo o estado, e em Núcleos Regionais, nas Comarcas de Ipatinga, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Divinópolis, Itaúna, Belo Horizonte, Barbacena e Juiz de Fora, que recebem orientação metodológica da unidade central e são monitorados por ela. No último ano foi implantado o Núcleo Regional de Alfenas e iniciou-se um trabalho de mobilização dos agentes públicos da Comarca de João Monlevade para instalação de um novo núcleo naquela região.

O Programa Novos Rumos, por meio de sua Coordenação Executiva, empenha-se na realização de parcerias necessárias para viabilizar a montagem de mais 10 novos núcleos com o objetivo de completar a abrangência do Programa PAI-PJ em todo o Estado.